



CAMINHOS PARA UMA GRAMÁTICA DO PODER

Fábio de Carvalho Messa

Resumo:

Este trabalho, a partir de uma comunicação de um diretor de uma escola de Florianópolis para seus funcionários, analisa as relações de poder estabelecidas pelo discurso.

Abstract:

This work, with a communication of a principal of one school of Florianópolis to its employees, analyzes the relations of power established by his discourse.

Palavras-chave:

Gramática, Poder, Discurso.

“ENQUANTO OS HOMENS EXERCEM SEUS PODRES PODERES,
morrer e matar de fome, de raiva e de sede
são tantas vezes gestos naturais.”
(Caetano Veloso)

Pelo título desse ensaio, tudo indicaria que o seu objetivo seria o de fornecer uma receita de como internalizar novas regras gramaticais para a construção de um discurso que, dotado de determinados saberes, poderia exercer o poder sobre os demais. Em termos mais coloquiais, quer dizer que seria possível, então, perceber como as pessoas constroem os seus discursos para, através deles, agenciarem uma forma de poder, tanto numa relação íntima e interpessoal, quanto numa relação social e, portanto, coletiva, dentro das instâncias de trabalho? Como se fosse realmente possível descrever os mecanismos lingüísticos e pragmáticos que algumas pessoas utilizam para persuadir, manipular, exercer liderança sobre grupos ou grandes massas?

Tudo é possível. Evidentemente, este trabalho não tem essa ousadia, embora carregue a ambição de entender efetivamente como o poder (ou a noção de ‘poder’) se constrói ao redor das pessoas. A idéia surgiu de um fato vivenciado, de uma situação que é corriqueira em muitos locais de trabalho. Durante dois anos, atuando como docente num colégio particular tradicional em Florianópolis, foi inevitável observar que, lá dentro, como em tantas outras instituições dessa mesma categoria, sempre fora instituído um poder soberano ao dono do estabelecimento, um sujeito proveniente de uma área muito distante das ciências humanas, mas que construiu uma empresa que teria a educação enquanto temática básica.

Em situações de comunicação em grupo, o diretor do colégio praticamente esquecia que os seus interlocutores pudessem querer indagar sobre algum aspecto em pauta nas reuniões. Ele nunca abria espaço para isso, até porque, caso alguém tentasse fazer o uso da palavra, causaria um previsível estranhamento no grupo, pois seria uma atitude inusitada e desafiadora para os seus componentes. O fato é que, há mais de dezesseis anos, o poder se exercia dessa maneira nessa instituição, num formato vetorial Ele – funcionários, um espaço onde não poderia existir alguém do grupo que questionasse qualquer tópico sobre as circunstâncias que o cercavam. Alguns até constataavam determinadas incoerências comunicativas, mas não articulavam manifestações.

E o poder não se revelava apenas pela constatação do silêncio dos professores e demais funcionários, tinha um destaque muito maior pelo discurso do diretor em forma escrita, através de seus artigos e editoriais do Boletim Informativo mensal da instituição ou das chamadas C.Is - comunicações internas - para os professores.

Em vias de delimitação, julgamos necessário centralizar essa análise sobre uma pequena mensagem que a direção anualmente passa aos professores a pretexto de viabilização de horários para o ano letivo seguinte. A mensagem consta no verso de uma planilha de horários, com a qual cada professor deve fazer a sua sugestão de horas disponíveis de trabalho para o ano posterior. Vamos a ela:

“OBSERVAÇÕES: - Escreva aqui como você gostaria que fosse o seu horário. Precisa de aula geminada? Não quer aula geminada? Pode ter duas geminadas e as demais separadas? Quer concentrar suas aulas no menor número de dias possíveis? Prefere todas as suas aulas antes do recreio? – ou todas depois do recreio? Quer um dia livre, dois dias livres, três dias livres, quatro dias livres ou cinco dias livres? – Se quer cinco dias livres, não é necessário preencher este formulário, pois o Departamento de Pessoal resolverá o seu problema.”

Digamos que a intenção inicial do emissor seria a de abrir um possível lugar de interlocução para o professor escolher seus horários. A própria planilha em branco já sugeria essa intenção. Então, supomos que para restringir um pouco a vontade do receptor, o emissor tenha sentido a necessidade de fazer algumas ‘observações’. A primeira oração determina de forma imperativa – ‘Escreva’ - o pedido do emissor para que o seu receptor especifique como gostaria que fosse o seu horário. Em termos de flexão verbal, é visível e justificável o uso do Futuro do Pretérito do Indicativo aliado ao Imperfeito do Subjuntivo, proposição que viabiliza a possibilidade, a hipótese. Em seguida, nosso remetente utiliza os verbos ‘precisar’ e ‘querer’ para dar início a um encadeamento interrogativo, que vai incorporando gradualmente uma figuração irônica. Se refletirmos sobre os sentidos de base dos verbos ‘precisar’ e ‘querer’, verificaremos que o primeiro implica em necessidade e o segundo em vontade.

Ou seja, de início o emissor até confirmava (e, portanto, mascarava) que a intenção de sua mensagem era a de dar oportunidade às necessidades do receptor. De forma imediata, ele articulava a próxima oração, agora com o verbo 'querer', como se constatasse que o seu ato de dar direito à palavra e oportunidade de escolha ao seu interlocutor pudesse dar vazão a uma série de comentários e restrições que pudessem desencaminhar o processo de combinação dos horários de todos os professores, gerando, com isso, um ligeiro descontrole do poder.

A partir daí ele instaurava um diálogo forjado através de um derrame de perguntas, cujas respostas ele mesmo já pressupunha que fossem em sua maioria negativas, o que justificaria todo esse encadeamento. Locuções verbais do tipo 'pode ter' e 'quer concentrar' denotam que o mesmo continuava forçosamente a debruçar-se sobre a sugestão do outro, como se a vontade do receptor ainda preponderasse sobre a sua decisão. Ao indagar se o professor 'quer concentrar suas aulas no menor número de dias possíveis?', sugere que a maioria do corpo docente ou trabalha simultaneamente em diversos estabelecimentos de ensino e, por isso, recorreria ao menor número de dias possíveis; ou só trabalha naquela instituição, e não faz questão alguma de estar presente todos os dias no colégio, ou por algum outro motivo banal.

Para romper um pouco a monotonia da repetição lingüística, o mesmo emissor desta vez utilizou um outro verbo para 'sinonimizar' e não tornar redundante a sua mensagem, embora o verbo não fosse um sinônimo perfeito. O verbo é 'preferir', que já conota eufemisticamente o sentimento de escolha diante das opções. Com o auxílio do verbo 'preferir', o remetente enumera duas interrogações alternativas. Daí podemos inferir que, ao 'preferir' que suas aulas fossem antes do recreio, talvez o docente tivesse outros compromissos, ou 'prefira' as primeiras aulas devido ao rendimento dos alunos, pois estes estariam mais dispostos ou menos agitados. E ao achar melhor suas aulas após o recreio, o professor poderia mesmo ter compromissos antes desse horário ou porque ele realmente gosta de dormir até mais tarde. Se estivéssemos sob a ótica do próprio emissor da mensagem, certamente concluiríamos que a sua idéia a respeito da preferência do professor pelo final da manhã seria a última referida. Isso se fundamenta pela própria política da experiência ali vivenciada durante dois anos, porque mais de uma vez ele explicitamente manifestara essa opinião num de seus monólogos(ou delírios) públicos.

E, por fim, se chega ao trecho mais peculiar da mensagem, isto é, o momento em que o emissor fez o último encadeamento de interrogações incisivas, deixando evidentemente transparecer duas figuras importantes de retórica: a gradação e a ironia. A gradação no que se refere ao crescimento enumerativo dos termos, e a ironia que se concretiza quando primeiramente se chega ao número extremo de dias de folga na semana e, posteriormente, quando os poderes de decisão acabam sendo delegados ao Departamento de Pessoal, para que esse último se encarregasse, finalmente, de resolver o possível abuso do poder (ou excesso de escolha) do professor.

Ao pensar a questão do poder conforme postulou Michel Foucault, sabemos que são múltiplas as relações que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e tais relações não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Afinal, diariamente somos julgados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. Conforme a teoria arquivista de Foucault, fica claro que o poder não reside numa única facção das relações sociais, mas transita entre as partes feito um vetor, às vezes estacionando numa, outras vezes alternando suas direções e sentidos.

O importante é verificar onde a intenção do poder (se é que existe uma) está investida em práticas efetivas. E esta intenção fica evidente no que se refere ao discurso do diretor da escola. Ele falseia uma situação de livre escolha de horários aos docentes, mas imediatamente anula essa possibilidade, colocando sempre à frente o seu papel, a sua posição totalitária. E mesmo assim acaba delegando o poder de decisão extrema ao Departamento de Pessoal, já que este último é o encarregado da admissão e demissão dos funcionários, embora indiretamente toda e qualquer tomada de atitude se condicionaria a sua palavra final.

Ao perceber como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos e regem os comportamentos, vemos que o corpo docente em sua absoluta totalidade mantém uma atitude passiva diante de qualquer situação em que o poder é exercido, como se fosse algo corriqueiro, incorporado a sua realidade cotidiana. No que diz respeito aos tipos de comentários tecidos entre os professores, quem chegava a comentar sempre demonstrava aquela opinião de que não valeria a pena refutar questões desse tipo, e assim calavam-se e consentiam, e o diretor cada vez mais agia deliberadamente, como quem lida com uma massa amorfa de sujeitos lobotomizados, como quem domestica e adentra cães, condiciona os ratinhos na caixa de experimentação behaviourista.

Do ponto de vista da pragmática da comunicação humana, o fragmento discursivo do diretor serviria de exemplo para ilustrar a concepção de comunicação paradoxal, já que se figurativiza um paradoxo pragmático, ao nível da interação comunicativa, no momento em que a ordem ou afirmação do emissor sugere contradição no que se refere a sua própria intencionalidade. Vale acrescentar que, pelo fato de haver um conteúdo contraditório ao nível da mensagem e da intencionalidade, isto não implica em ausência completa de sentido, pelo contrário, só dessa forma teria sido possível detectar que a mensagem, apesar de paradoxal, foi previamente concebida pelo seu emissor e, portanto, proposital. Talvez, este apenas não esperasse que a recepção pudesse ser crítica, até porque sempre foi subestimada a capacidade de discernimento de sua audiência, criando, assim por consequência, um comportamento condicionado dos seus receptores, ou seja, o silêncio compactual do consentimento.

Assim, se a mensagem é uma intimação ou um insulto ao senso crítico do receptor, ela deveria, portanto, ser desobedecida para ser efetivamente obedecida. Em suma, o receptor desse tipo de mensagem fica impedido de sair desse quadro de referência estabelecido, quer pela metacomunicação, isto é, o comentário sobre ela, quer retraindo-se. Muito embora a mensagem seja destituída de significação lógica aplicada ao contexto, ela constitui uma realidade pragmática. Então, o receptor não pode 'não' reagir-lhe, mas tampouco pode reagir-lhe apropriadamente, ou seja, não-paradoxalmente, porquanto a própria mensagem é paradoxal. Esta situação é, frequentemente, determinada pela proibição relativamente explícita de se manifestar qualquer conhecimento da contradição ou do problema real envolvido. Uma pessoa disposta nessa situação é passível de se ver punida (ou pelo menos levada a sentir-se culpada) pelas suas percepções corretas e, portanto, definida como 'má' ou 'louca' se insinuar sequer que existe uma discrepância entre o que se vê, e o que 'devia' ver. Essa seria a essência da teoria do duplo vínculo, postulada por Gregory Bateson e outros estudiosos da pragmática da comunicação humana, na década de 50.

Esse grupo de pesquisadores abordou o fenômeno da comunicação esquizofrênica de um ponto de vista diferente do tradicional, de que a esquizofrenia seria um distúrbio intrapsíquico que afetaria, secundariamente, as relações do paciente com as outras pessoas e as relações destas com ele. Bateson e outros averiguaram que as seqüências da experiência interpessoal induziriam (em vez de serem causadas por) um comportamento capaz de justificar o diagnóstico de esquizofrenia. Formularam a hipótese de que o esquizofrênico "deve viver num universo onde as seqüências de acontecimentos são de tal natureza que os seus hábitos comunicacionais não-convencionais resultarão, em certo sentido, adequados." Isso levou-os a criarem o termo 'dupla vinculação'.

O 'esquizofrenês' seria, então, uma linguagem que deixaria o ouvinte ou leitor fazer a escolha entre muitos significados possíveis, os quais são não só diferentes, mas podem até ser mutuamente incompatíveis. Assim torna-se possível negar qualquer ou todos os aspectos de uma mensagem. O que estamos querendo dizer é que esse tipo de comunicação paradoxal frequentemente realizada pode suscitar um comportamento também paradoxal de seus receptores, ou seja, uma mensagem contraditória pode, pela força do hábito, causar um comportamento contraditório em seus receptores. Então o que pode ser considerado o 'esquizofrenês' é o tipo de resposta a mensagens que já são contraditórias, embora estas últimas muitas vezes o são intencionalmente.

Em outras palavras, um líder pode muito bem manipular o seu público através de um fluxo de comunicações paradoxais, gerando um condicionamento tão significativo para a sua audiência, fazendo com que essa, ao manifestar uma resposta verbal ou não-verbal à mensagem, pode vir a assumir um comportamento efetivamente contraditório, à beira do 'non-sense'. Em síntese, a noção de esquizofrenia, postulada por Bateson, pode ser entendida como um fenômeno de fabricação sócio-cultural.

Há também a importante noção de desqualificação da comunicação, em que um sujeito pode comunicar algo de modo a invalidar a sua própria comunicação ou a do outro. Digamos que o jogo de linguagem que o diretor utiliza na sua mensagem sirva para exemplificar essa própria noção. É claro que o fenômeno das qualificações abrange uma vasta gama de fenômenos comunicacionais como as declarações contraditórias, as incoerências, as mudanças bruscas de assunto, as tangencializações, as frases incompletas, as interpretações errôneas, o estilo obscuro ou os maneirismos de fala, as interpretações literais de metáforas e as interpretações metafóricas de comentários literais.

Assim, constatamos que a tentativa de comunicação do referido diretor aos professores não passou de uma técnica falseada para tematizar o direito de escolha. O conteúdo do texto anula a sua própria intencionalidade inicial. E, por consequência dessa distorção, subentende-se uma outra intenção, que é a de ressaltar a idéia de que a dominação em rede tem um poder de representação muito mais significativo do que o direito individual de escolha.

Mais uma vez vale reforçar a idéia de que o poder é algo que circula e só funciona em cadeia, nunca está localizado aqui ou ali. O poder se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercê-lo ou de sofrer a sua ação.

O indivíduo, como aponta Foucault, é um efeito de poder. O poder passa através do indivíduo que ele mesmo constitui.

Embora tenhamos restringido esse procedimento analítico a um único objeto, no caso a comunicação interna do diretor aos professores, é indispensável comentar outras habilidades e abordagens comunicativas do diretor. Por exemplo, em seus editoriais do boletim informativo mensal da instituição, foi identificada uma verdadeira técnica narrativa do gênero fábula, nos textos em que o diretor almejava, também, atingir os pais de alunos, principalmente aos inadimplentes. O diretor se dispôs mesmo a criar, dentro deste universo fabuloso, a Assocabrás – Associação dos Caloteiros do Brasil, em forma paródica a um estatuto regulamentar, para, de maneira incisiva, alcançar um público alvo explicitamente determinado: os pais inadimplentes.

Não podemos também deixar de referir a extensa rede de siglas que o mesmo criava para os diversos projetos que dizia estar desenvolvendo em sua empresa, muitas vezes recorrendo a expressões latinas, para mostrar uma pseudo-erudição. Isto é, fazia uma campanha publicitária e ideológica de sua própria grife, falando de si em terceira pessoa do singular, transformando-se numa entidade, num produto abstrato à venda, arbitrariamente querendo transformar-se num símbolo. Enfim, utilizava todo o espaço do boletim informativo da instituição para verbalizar todo o um delírio em torno de si mesmo, toda a sua metaficção, através da qual, visava promover e atingir as suas massas, num exaustivo exercício de megalomania.

Já que entramos no terreno da ficção, é pertinente estabelecermos uma relação com a figura de Aristarco, do romance O Ateneu, de Raul Pompéia, onde o mesmo costumava diferenciar o tratamento opressivo aos filhos de pais inadimplentes. A narração do romance, feita sob a perspectiva do personagem Sérgio, especifica muito bem o procedimento do diretor, que obrigava os alunos a beijar-lhe as mãos. E nessa circunstância, os filhos de pais inadimplentes, ao se submeterem a tal ato, sentiam no contato entre mão peluda e lábios uma verdadeira afinetada. Isso sem aludir às distinções que Aristarco fazia no âmbito comunicacional, quando transferia para a criança um sentimento de desdém e indiferença que nutria pelos seus pais. "Soldavam-se nele o educador e o empresário com uma perfeição rigorosa de acordo, dois lados da mesma medalha: opostos, mas justapostos."

Ainda para fins ilustrativos, convém lembrar das considerações que Adolf Hitler teceu em Mein Kampf, livro de memórias, escrito na prisão após o fracasso do golpe de Estado em Munique, em 1923, considerado a Bíblia nazista, acerca de sua propaganda ideológica para as massas. Há dois aspectos que merecem ser lembrados: o primeiro sobre a própria visão dele sobre o que veicular, levando em conta o que ele pensava sobre as condições médias do receptor a ser atingido; o segundo sobre a técnica mesmo, que chegou a níveis impressionantes de aproveitamento, tanto na etapa de preparação para o poder, quanto após a sua conquista. Hitler considerava que a mensagem, dirigida às massas, sempre deveria ser desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. "As grandes massas", dizia ele, "têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta, uma memória fraca". Por isso mesmo, suas mensagens deveriam restringir-se a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente. Se eram muitos os inimigos a serem atacados, para não dispersar o ódio das massas seria preciso mostrar que eles pertenciam à mesma categoria, não ficando assim individualizado o adversário. Tudo interessava no seu jogo de linguagem: mentiras e calúnias. Para mentir, que seja grande a mentira, pois assim nem passaria pela cabeça das pessoas ser possível arquitetar uma tão profunda falsificação da verdade.

Embora a temática do poder seja inesgotável, foi possível constatar que o diretor da instituição permanentemente mantinha um olhar controlador (mesmo que fosse através de outros setores) sobre a circulação de sujeitos-operários que apenas cumpriam suas horas, eram os chamados 'professores horistas'. Dentro dessa cena enunciativa, tornavam-se, então, os professores reles sujeitos cumpridores de horas, sujeitos que somente tinham de 'escolher' as suas horas de trabalho ou muitas vezes acatar o que lhes fosse prescrito. E era através do discurso do diretor que se efetivava e se explicitava o agenciamento pelo qual o poder vinha perpassando. Assim, pode-se dizer que havia, neste caso, dois níveis de agenciamento enunciativo do poder. O primeiro era o do próprio indivíduo-diretor e o segundo, o de todas as formas de delegação a outras instâncias que esse mesmo indivíduo uma vez instituiu.

Em tempo, para cada vez mais reafirmar os laços com os seus adeptos, o diretor também tinha por hábito freqüentemente organizar eventos festivos, oferecer jantares comemorativos, almoços de fins-de-semana em sua mansão à beira-mar, locar hotéis-fazenda com águas termais e distribuir brindes aos professores nas datas convenientes, enfim, uma rede de estímulos que apenas reforçam que aspectos do condicionamento operante continua subjacente na instância da linguagem e da comunicação em muitas organizações.

BIBLIOGRAFIA

1. BERLO, David K. O processo da comunicação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
2. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.
3. DIMBLELY, Richard, BURTON, Graeme. Mais do que palavras: uma introdução à teoria da comunicação. São Paulo: Summus, 1990.
4. EPSTEIN, Isaac. Gramática do poder. São Paulo: Ática, 1993.
5. _____. O signo. São Paulo: Ática, 1994. Série Princípios.
6. _____. Teoria da informação. São Paulo: Ática, 1994. Série Princípios.
7. FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.
8. FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. São Paulo: Forense Universitária, 1992.
9. _____. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 1983.
10. GUARESCI, Pedrinho. Comunicação e poder. Petrópolis: Vozes, 1985.
11. _____. (Org.) Comunicação e controle social. Petrópolis: Vozes, 1991.
12. HITLER, Adolf. Minha luta. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
13. LEBRUN, Gérard. O que é poder.. São Paulo: Brasiliense, 1994. Col. Primeiros Passos
14. LENHARO, Alcir. Nazismo: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1986.
15. MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. São Paulo: Pontes, 1993.
16. ORLANDI, Eni Pulcinelli. A Linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso. São Paulo: Pontes, 1987.
17. PARRY, John. Psicologia da comunicação humana. São Paulo: Cultrix, 1972.
18. POMPÉIA, Raul. O ateneu. São Paulo: Ática, 1989.
19. REICH, Wilhelm. Psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
20. VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
21. WATZLAWICK, Paul et alli. Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1973.

